



## Campinas e a imprensa republicana

A 10 do corrente, a nossa Associação Campineira de Imprensa comemorará o seu 48.º aniversário de fundação. Daquele grupo encabeçado por Norberto de Souza Pinto, reunido para organizá-la em 1927, só restam, ao que parece, cinco elementos, entre os quais tenho a honra Ferraz de Camargo, Israel Alves dos Santos Sob.o e Francisco Otaviano. Presidida por Carlos Sob.o Ferraz de Camargo, Israel Alves dos Santos Tântoli, cuja continuação no cargo está sendo solicitada por numeroso grupo de sócios, a ACI tem como seu patrono um dos mais brilhantes jornalistas que já tivemos no Brasil: Francisco Quirino dos Santos. Ao ensejo da grata efeméride, ofereci para ser colocada em lugar de honra na sede da nossa entidade uma reprodução fotográfica em tamanho natural, da primeira pagina do primeiro número da "Gazeta de Campinas", publicado em 31 de outubro de 1869. Republicano convicto, tanto assim que participou em 1873 da "Convenção de Itu", Francisco Quirino dos Santos, fundador e Redator do primeiro "periódico regularmente constituído" em Campinas, segundo suas próprias expressões contidas no artigo de apresentação, foi um pioneiro da imprensa republicana em nosso Estado. Como ponto primordial do programa do órgão que lançava, Quirino dos Santos acentuava que o que haveria de firmar a base de sua existência seria o "cuidado incessante por tudo que corresponder à prosperidade e ao florescimento desta belíssima porção do território brasileiro", declarando entretanto mais adiante que deixava bem claro "que não quadra no nosso propósito a polêmica em que se acotovelam as combinações mesquinhas de partido". Reforçando tal pensamento, Quirino dos Santos escreveu em outra passagem, quando ressaltou que o seu bi-semanário tinha crenças definidas, que "o jogo sórdido e abjeto das chamadas conveniências", não seria feito pelo órgão lançado. "Fora ridículo — acrescentava o articulista — que abdicássemos o senso intimo de cidadão, afivelando a máscara hipócrita da indiferença ante os negocios de nossa pátria", pois que "isso montava tanto como falsear a mais nobre, a mais bela face do jornalismo", concluindo com esta declaração: "Mas o que a GAZETA DE CAMPINAS não representa é o papel vulgar de um órgão de partido".

Ao ser fundada, em 1869, a "Gazeta de

Campinas", já existia em São Paulo o "Correio Paulistano", pertencente ao sogro de Francisco Quirino dos Santos, Joaquim Roberto de Azevedo Marques, também convencional de Itu, em 1873. Órgão defensor dos ideais republicanos, teve como seu primeiro redator o campineiro Pedro Taques de Almeida Alvim. Esse órgão esteve na cogitação dos próceres republicanos paulistas, que em 1874 entretanto resolveram fundar "A Provincia de S. Paulo", que de fato foi lançada a 4 de janeiro de 1875, não como órgão de partido, segundo se declarou então. Com um esboço de programa feito em São Paulo por Américo Brasiliense, "A Provincia de S. Paulo" teve a sua estruturação completada em Campinas por Campos Sales, que redigiu o "Compromisso" que os incorporadores da empresa deveriam assumir e as bases da organização do novo jornal. Mas não foi só isso. Francisco Glicério, Campos Sales, João M. de Almeida Barbosa, Bento Biculo, Antonio Pompeu de Camargo e Antonio Carlos de Sales inscreveram-se como comandatários na sociedade fundada para lançar "A Provincia de S. Paulo". Não é possível neste artigo, apresentar um histórico completo do jornal lançado pelos republicanos de São Paulo. Alberto Sales — João Alberto Sales — irmão de Campos Sales, "O Ideologo da Republica", por algum tempo foi proprietário do jornal, que em 1884 assumia feição francamente republicana. Nesse mesmo ano, José Maria Lisboa, que fôra da "Gazeta de Campinas" e passara para "A Provincia de S. Paulo" deixava o jornal para fundar o "Diário Popular".

Em 1885, entrava para a redação de "A Provincia de S. Paulo" um jornalista campineiro, ex-redator da "Gazeta de Campinas", o qual iria projetar-se na imprensa continental. Trata-se de Julio de Mesquita, que poucos anos mais tarde, em 1891, passava de redator de "O Estado de S. Paulo" — nome que a partir de 1.º de janeiro de 1890 substituiu o de "A Provincia de S. Paulo" — para seu diretor, cargo em que se manteve até a morte, em 1927. Embora se desvinculasse do Partido Republicano Paulista, "O Estado de S. Paulo" sempre defendeu a Democracia e a Republica. Plinio Barreto foi outro campineiro que esteve na direção da redação do jornal, que passara a pertencer a Julio de Mesquita. Sua atuação como jornalista foi das mais re-

levantes na imprensa brasileira, mercê da sua vasta cultura humanística. Sua presença no jornal foi quando já se proclamara a República, mas isso não impede que o mencionemos como participante da imprensa republicana, como também não pode deixar de ser mencionado o nome de Carlos de Campos, que antes de assumir a presidência de nosso Estado, esteve na direção do "Correio Paulistano", já então órgão oficial do P. R. P.

Voltando aos programas da "Gazeta de Campinas" e de "A Província de S. Paulo", notam-se muitos pontos de contato em suas filosofias, sente-se um certo "ar de família", um indiscutível parentesco, o que é natural, sabendo-se das vinculações do grupo, que fundou o segundo órgão com a turma do primeiro, ou melhor, com os republicanos de Campinas, dos quais alguns faziam parte da organização. A "Gazeta de Campinas", pela palavra de seu redator Francisco Quirino dos Santos, manifestava-se como órgão desvinculado de partidos numa época anterior ao "Manifesto Republicano de 70" e à "Convenção de Itu", que foram fatores da constituição do Partido Republicano em São Paulo. "A Província de S. Paulo" surgida em consequência desses dois eventos, declarava-se também desvinculada de partidos. Ao programa político elaborado por Américo Brasiliense, constante de doze itens, Campos Sales acrescentou a filosofia do jornal começando por declarar que "A Província de S. Paulo" não seria um jornal filiado a partido algum, nem tampouco advogaria interesses de qualquer agremiação política. Uma ressalva era, feita, entretanto, a seguir, quanto à obrigação de todo e qualquer órgão de imprensa não se omitir em face às questões políticas, acrescentando-se que o jornal entraria "com toda a independência de uma opinião séria e convencida na análise dos atos da administração pública qualquer que seja o matiz político da situação, e intervirá, da mesma forma, quando se ofereça oportunidade, na discussão dos assuntos políticos e sociais". Itens muito interessantes são aqueles que se referem à abstenção do jornal, quanto a discutir a forma de governo e quanto à declaração de independência do jornal, que permitiria a publicação de "escritos em termos medidos" mesmo envolvendo gente da casa. Tais itens constituem, entretanto, assuntos para outra vez.